

TRIBUNAL SUPREMO	
DOCUMENTA	BIBLIOTECA
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem	121
Quem recebeu:	1
Data	30 / 06 / 2022
Hora	12:35



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Proc nº 38/2018

Recurso Penal

Secção Criminal

Relator: António Paulo Namburete

Sumário:

Crime de roubo qualificado

- 1- O crime de roubo qualificado está previsto e punido nos termos da conjugação dos artigos 280 e 283, ambos do Código Penal;
- 2- A lei contempla diversas modalidades de roubo nos artigos 281 a 283, para os quais comina as respectivas molduras penais, tendo em atenção os bens jurídicos postos em crise pela conduta do agente, designadamente a vida, a integridade física, a liberdade individual e sexual;
- 3- O roubo simples cometido nas circunstâncias previstas no artigo 280, é punido nos termos do artigo 285, ambos do Código Penal;
- 4- Consequentemente, em circunstância alguma o roubo qualificado prevenido e punido nos termos do disposto nos artigos 280 e 283 pode ser punido nos termos do disposto no artigo 285, por a respectiva moldura penal constar já do corpo daquele último preceito.

ACÓRDÃO

I – RELATÓRIO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo

No Tribunal Judicial da Província de Gaza e mediante acusação do Ministério Público foi julgado e condenado o arguido Nelson Pedro Muchanga, com os demais sinais de identificação constantes dos autos, como autor material de um crime de roubo qualificado, previsto e punido pelo artigo 283 al. b) do Código Penal.

Ponderando que não milita contra o arguido qualquer circunstância agravante e que beneficia da atenuante (i) - *confissão do crime*, do artigo 43 do Código Penal, condenou-o na pena de 12 anos de prisão, no pagamento do máximo de imposto de justiça, máximo de emolumentos a favor da defesa e em 8.190.00Mt (oito mil, cento e noventa meticais) de indemnização, nos termos do artigo 34º do Código de Processo Penal (CPP).

Desta decisão interpôs recurso o Ministério Público a fls. 111; por imposição legal ao abrigo do disposto nos artigos 647, § 1º e 473º § único, ambos do CPP, recurso este que foi admitido por despacho a fls. 113.

Subiram os autos ao Tribunal Superior de Recurso de Maputo onde o Digníssimo Sub-Procurador-Geral da República e representante do Ministério Público emitiu seu douto parecer de fls. 121 a 122 no sentido de que a sentença recorrida deve ser mantida dada a conjugação harmoniosa e legal entre a conduta do arguido e o enquadramento jurídico-penal assim como a dosimetria da pena aplicada.

Por acórdão de fls. 128 e seguintes, o Tribunal Superior de Recurso de Maputo, dando por assente a matéria de facto que pela primeira instância foi fixada bem como o respectivo enquadramento jurídico, mas divergindo quanto à pena aplicada, por entender que não obedeceu à regra geral da punição do roubo estabelecida no artigo 285 do Código Penal.

Ponderou que de acordo com a regra fixada no citado dispositivo legal, nos casos de roubo, tendo em atenção o valor da coisa, é aplicável a pena imediatamente superior ao crime de furto, e considerando que no caso em apreço o valor do prejuízo causado pelo roubo é de 8.190,00Mt (oito mil cento e noventa meticais), tendo ainda em conta que as molduras penais estabelecida para o crime de furto no artigo 270 do Código Penal, resulta que o valor do furto cabe na previsão da alínea a) do citado preceito legal, pelo que de harmonia com a regra fixada no artigo 285, aplica-se a pena da alínea b) do citado artigo 270 do C.P., que é de 1 ano de prisão, e em consequência condenou o arguido nessa pena, mantendo o decidido pela primeira instância e revogando neste aspecto a sentença recorrida.

Por resultar já cumprida a pena ora imposta ao arguido, ordenou a sua restituição imediata à liberdade.

Não se conformando com o assim decidido, interpôs recurso o Ministério Público no Tribunal Superior de Recuso em cujas alegações remata com o seguinte quadro conclusivo:

- A conduta do arguido é subsumível nos artigos 280 nº 2 e 283 alínea b) ambos do Código Penal;
- A medida concreta da pena deve situar-se entre a medida abstracta de doze a dezasseis anos de prisão maior prevista no artigo 283 alínea b) do Código Penal;
- Ao decidir como decidiu, o tribunal recorrido fez interpretação errónea da norma aplicável na determinação da medida concreta da pena.

Termina requerendo que se dê provimento ao recurso e em consequência seja anulado o acórdão recorrido e o arguido condendo na pena de doze anos de prisão, repondo-se assim a decisão da primeira instância por ser consentânea com o grau de culpa, a intensidade do dolo,

da ilicitude e de todas as circunstâncias que acompanharam a prática do crime, nos termos do disposto no artigo 110 do Código Penal.

O que tudo visto, apreciando e decidindo:

II – DELIMITAÇÃO DO OBJECTO DO RECURSO

O objecto do presente recurso tal como se mostra das doudas conclusões alegatórias do magistrado recorrente consiste tão-só em saber qual o enquadramento jurídico dos factos dados por provados assim como a norma aplicável para a determinação da pena concreta, face à divergência de posições entre o Tribunal recorrido e o da primeira instância.

Enquanto o Tribunal da primeira instância defende que os factos dos autos integram um crime de roubo qualificado previsto e punido nos termos do artigo 283 alínea b) e em consequência condenou o arguido na pena de doze anos de prisão, o Tribunal Superior de Recurso de Maputo houve também os factos como constitutivos do crime de roubo qualificado previsto e punido pelo artigo 283 alínea b) do Código Penal, mas divergiu quanto à pena concretamente aplicável, pois entende que a sua determinação obedece à directriz traçada pelo artigo 285 do Código Penal que manda aplicar ao roubo as penas imediatamente superiores às cominadas para o furto.

A dilucidação da questão assim equacionada, impõe, antes de mais que passemos em revista a factualidade material na qual assentaram as instâncias as suas decisões.

III. MATÉRIA DE FACTO DADA POR PROVADA

No dia 12 de Outubro de 2015, por volta das 18 horas, o cidadão António Fenias Site e vítima nos autos caminhava numa das ruas do interior de um dos bairros da cidade de Chókwe quando foi violentamente apertado o pescoço por um indivíduo na altura desconhecido, impossibilitando-o de gritar.

De seguida, pelo mesmo indivíduo, que mais tarde ficou-se a saber de que se tratava de Chafumo Alfredo Sueia, ora fugitivo, foi o ofendido derrubado ao chão.

Já no chão, o arguido Pedro Muchanga, violentamente lhe arrancou a pasta que na altura trazia nas costas e de seguida ambos fugiram do local.

Havia no interior da pasta o valor de 2.340,00Mt (dois mil e quatrocentos meticais) em dinheiro, carregador de computador portátil avaliado em 800,00M (oitocentos meticais) um telemóvel, de entre vários bens cujo valor cifrou-se em 8. 190,00Mt (oito mil, cento e noventa meticais)

IV - FUNDAMENTAÇÃO

Ante os factos descritos, logo surge a constatação de que o arguido cometeu um crime de roubo qualificado previsto e punido nos termos da conjugação dos artigos 280 nº 1 e 283 alínea b), ambos do Código Penal, no que colhe o parecer do Ministério Público nesta instância e parcialmente a decisão das instâncias, na justa medida em que igualmente consideraram os factos em debate como tipificadores do crime de roubo qualificado previsto

no artigo 283 alínea b), posto que não tenham convocado também o artigo 280 para o seu enquadramento jurídico no conceito do roubo nele definido.

A conduta do arguido preenche os elementos descritivos e normativos do crime de roubo previsto no nº 1 do artigo 280: "*a subtracção da coisa, que se comete com violência ou ameaça contra as pessoas*", pois ficou provado que o arguido e seu comparsa ora foragido, para lograr a apropriação dos bens e valores de que era portador o ofendido dos autos, apertaram-lhe o pescoço e de seguida derrubaram-no ao chão.

É roubo qualificado previsto e punido nos termos do artigo 283, al. b), ante evidências de que foi praticado por duas pessoas nas circunstâncias de tempo e lugar acima descritas e ainda por que não se verificam as circunstâncias previstas no artigo 282 — *roubo concorrendo com violação, cárcere privado ou ofensas corporais*. (com as características e consequências descritas no nº 3).

Resolvida nos termos expostos a questão da subsunção dos factos na norma, segue-se agora enfrentar o problema da aplicação da pena concreta, ponto sobre o qual as instâncias divergem, como se viu já, para o que conveniente se mostra que averiguemos qual das posições se há-de abraçar: se a defendida pelo tribunal da primeira instância ou a perfilhada pela instância de recurso, obviamente em face dos parâmetros legais e da matéria de facto dada por provada.

Não é preciso grande esforço de análise para concluir que a razão está do lado do tribunal da primeira instância, sendo certo que entendimento diverso só pode resultar de uma errada interpretação e/ou aplicação das pertinentes normas que dispõem sobre o crime de roubo.

Basta atentarmos na sistematização dos tipos legais de roubo adoptada pelo legislador, e logo deparamo-nos no artigo 280 que abre o pórtico da Secção III, dedicada ao *Roubo*, do Título II- *Crimes contra o património* -, com o conceito geral de roubo que coincide a nosso ver com o de roubo simples, punível, como se verá oportunamente, nos termos do 285: por meio de

Ao passo que os artigos 281 a 283 contemplam as diversas modalidades de roubo e fixam as respectivas molduras penais a saber: *roubo concorrendo com o crime de homicídio* (artigo 281), a que se comina a pena de vinte a vinte e quatro anos de prisão maior, *roubo concorrendo com violação, cárcere privado ou ofensas corporais* (artigo 282) punido com pena de dezasseis a vinte anos de prisão maior e o *roubo qualificado* (artigo 283) para o qual se comina a pena de doze a dezasseis anos de prisão maior.

Por sua vez, o artigo 285 estabelece a regra geral de punição do roubo fora dos casos declarados nos artigos 281 a 283.

Examinando os dispositivos legais acabados de citar, facilmente se chega à ilação de que o legislador estabeleceu o conceito de roubo no artigo 280, cujos elementos constitutivos são a subtracção de bens ou valores que se cometa mediante o uso de violência contra as pessoas. No conceito de violência inclui-se ainda a entrada em casa habitada por meio de arrombamento, escalamento ou chaves falsas, se havia pessoas no seu interior.

As diversas modalidades de roubo previstas no artigo 281 a 283 integram como denominador comum a conceituação fixada no artigo 280, sendo certo que o traço distintivo entre elas decorre da verificação de outras circunstâncias que individualizam o tipo e têm por escopo a tutela de outros bens jurídicos postos em crise pela conduta do agente, nomeadamente a vida, a integridade física, a liberdade individual e sexual.

Não se mostrando preenchidos aqueles elementos específicos que identificam o tipo, terá de concluir-se que se está perante um crime de roubo simples previsto no artigo 280 e punido nos termos do disposto no artigo 285.

De tudo quanto se vem expondo tem-se que uma vez provado ter o arguido cometido um crime de roubo qualificado previsto e punido pela conjugação dos artigos 280, nº 1 e 283 al. b), ambos do Código Penal, a pena aplicável é a prevista no corpo do preceito, de doze a dezasseis anos de prisão maior, tal como decidiu o tribunal da primeira instância.

Logo, mostra-se insubsistente a decisão recorrida na parte que condenou o arguido na pena de 1 ano de prisão por aplicação da regra geral de punição do roubo fixada no artigo 285, assente que o arguido responde pelo crime de roubo qualificado previsto e punido no termos do disposto no artigo 283, l. b) que comina a pena abstracta de doze a dezasseis anos de prisão maior.

Eis a razão por que se dá por procedente o recurso do Ministério Público no Tribunal Superior de Recurso.

O tribunal de primeira instância considerou que não se verifica qualquer circunstância agravante e que a favor do arguido milita a circunstância (i), *confissão do crime*, do artigo 43 do Código Penal, pelo que condenou o arguido na pena de 12 anos de prisão maior.

Por seu turno, a instância de recurso recorrido sufragava a posição do tribunal da primeira instância quanto a inexistência de qualquer circunstância agravante contra o arguido, considerando e também que milita a seu favor a circunstância (i) *confissão do crime*.

Este tribunal não tem motivo válido para dissentir da posição das instâncias no tocante as circunstâncias dadas por verificadas nos autos, dada a sua bondade e acerto.

Quanto a pena de 12 anos de prisão maior imposta ao arguido, mostra-se criteriosamente doseada, podendo até baixar de dois anos, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 116 do Código Penal, tendo em atenção o diminuto valor dos prejuízos causados pela conduta do arguido, a recuperação parcial dos bens de que se apropriou ilicitamente, a falta de antecedentes criminais, assim como os fins da prevenção geral e especial e da ressocialização do delinquente.

IV- DECISÃO

Nestes termos e com os fundamentos expostos:



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Os juizes da seccao criminal do
Tribunal Supremo, dando cumprimento
ao recuso, revoga-se o acórdão
recusado, e confirmando a decisão do
Tribunal da primeira instancia
peduz-se a pena para 10 (dez) anos
de prisa maior, mantendo-se no
mais que foi decidido pelas
instancias.

sem impeto,
fez-se, 11/11/2018

Está conformado
Mozambique, 11 de Novembro de 2018
P/ A Senhores Juizes
Juiz de primeira instancia